



Relatório e Contas

**Dunas Capital - Gestão de Activos -
Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.**

31 de Dezembro de 2013

Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

Sede: Av. da Liberdade, 229 – 3º Andar, 1250-142 Lisboa
Telefone: +351 214 200 530 • Fax: +351 214 200 559
Capital Social: 1.206.000 euros
Número único de registo e de pessoa coletiva: 506 292 622

www.dunascap.com

ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Enquadramento

Evolução da atividade

Principais alterações legislativas em 2013

Proveitos de exploração

Custos de exploração

Expetativas para 2014

Fatos relevantes após o termo do exercício

Proposta de aplicação dos resultados

Dívidas à Segurança Social

Agradecimentos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Dr. André Magalhães Luiz Gomes

Secretário: Dra. Elsa Sousa Rodrigues

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Dr. Joaquim Maria Magalhães Luiz Gomes

Vogal: Dr. Nuno Miguel de Lemos Montes Pinto

Vogal: Dr. Pedro Miguel Fernandes e Fernandes

FISCAL ÚNICO E REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)

Efetivo: Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. (SROC nº 178)

representada por Dr. Ricardo Filipe de Frias Pinheiro (ROC nº 739)

Suplente: Dr. Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2013 da Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A. (“Dunas Capital”).

ENQUADRAMENTO

Na zona euro, a economia iniciou o ano em contração fruto das políticas de consolidação orçamental em curso, nomeadamente em países de maior dimensão como Itália e Espanha. No entanto, no 2º trimestre do ano o PIB apresentou crescimento, quebrando a tendência de queda dos trimestres anteriores. Esta tendência acabou por manter-se até final do ano, não permitindo contudo evitar que no agregado anual se tenha verificado uma quebra de 0.4% do PIB em termos homólogos (segundo ano consecutivo com quebra do PIB, -0.7% em 2012).

A principal boa notícia do ano terá sido a contenção da crise do euro, que se refletiu na redução da pressão dos mercados, muito apoiada no compromisso do presidente do banco central europeu, Mario Draghi, de que tudo seria feito para manter a moeda única e que nenhum país sairia da zona euro.

Também foram relevantes os avanços obtidos para a criação do Mecanismo Único de Resolução Bancária, que permitirá, caso venha a ser aprovado pelo Parlamento Europeu, quebrar definitivamente a ligação entre o risco soberano e o risco bancário, que foi o que esteve na génese da crise do euro.

Em Portugal continuou a aplicação de um conjunto de medidas de consolidação orçamental, que se consubstanciaram num agravamento da carga fiscal, cortes de despesa e outras medidas de reforma do estado, que foram acordadas entre o governo e a troika no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira.

Face a isto o início de 2013 acabou por ser uma continuidade da recessão que vinha do ano anterior, com o PIB a cair no 1º trimestre (-0.3% em cadeia). Surpreendentemente, no segundo trimestre veio a verificar-se um aumento importante do PIB (+1.1%), situação que se repetiu nos dois trimestres seguintes (3º trimestre +0.3%; 4º trimestre +0.6%).

É de salientar a importância que assume o resultado obtido no último trimestre de 2013, o qual acaba por ser penalizado pelo anúncio de novas medidas adicionais de austeridade, no início de Outubro, que foi mais do que compensado pelo crescimento das exportações e do consumo interno.

Apesar de tudo o PIB acabou por ter uma queda anual de -1.4% em termos homólogos (-3.2% em 2012).

Diversas organizações internacionais reconhecem que há importantes sinais de recuperação económica e que o sentimento dos mercados relativamente à dívida pública portuguesa melhorou muito o que permite antecipar que o ano de 2014 possa assegurar o regresso ao crescimento do PIB (estimativas do FMI e Banco de Portugal apontam para um crescimento de 1.2%).

Por seu lado os Estados Unidos, ao contrário da Zona Euro, destacam-se em termos de crescimento do PIB, fortemente impulsionado pela recuperação da procura interna, que permitiu compensar os efeitos negativos dos cortes automáticos da despesa pública.

Também de salientar o anúncio da Reserva Federal, em Junho, que estava a estudar a possibilidade de terminar a sua política monetária expansionista, o que levou num primeiro momento a uma reação dos investidores, levando as yields a 10 anos a subirem de forma acentuada, obrigando a sucessivas declarações de responsáveis da Reserva Federal com vista a acalmar o mercado, garantindo que a liquidez se manteria inalterada e que quaisquer reduções a efetuar seriam implementadas de forma progressiva.

Tal veio efetivamente a iniciar-se no final do ano, quando a Reserva Federal reduziu o volume mensal de aquisição de dívida para 75 mil milhões de dólares por mês face ao ritmo anterior de 85 mil milhões.

Em termos dos mercados financeiros, o ano de 2013 acabou por ser um bom ano para a generalidade da dívida em euros (otimismo dos investidores face à perspetiva da resolução da crise do euro) e para a maioria dos mercados acionistas (que continuaram a beneficiar da política expansionista de alguns bancos centrais).

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

Em 2013, apesar de toda a conjuntura económica adversa resultante da aplicação de medidas de austeridade, em Portugal em particular e na periferia da Europa em geral e de alguma instabilidade política no início do verão, acabou por ser um ano marcado por uma forte dinâmica e de enorme sucesso para a Dunas Capital, podendo caracterizar-se por:

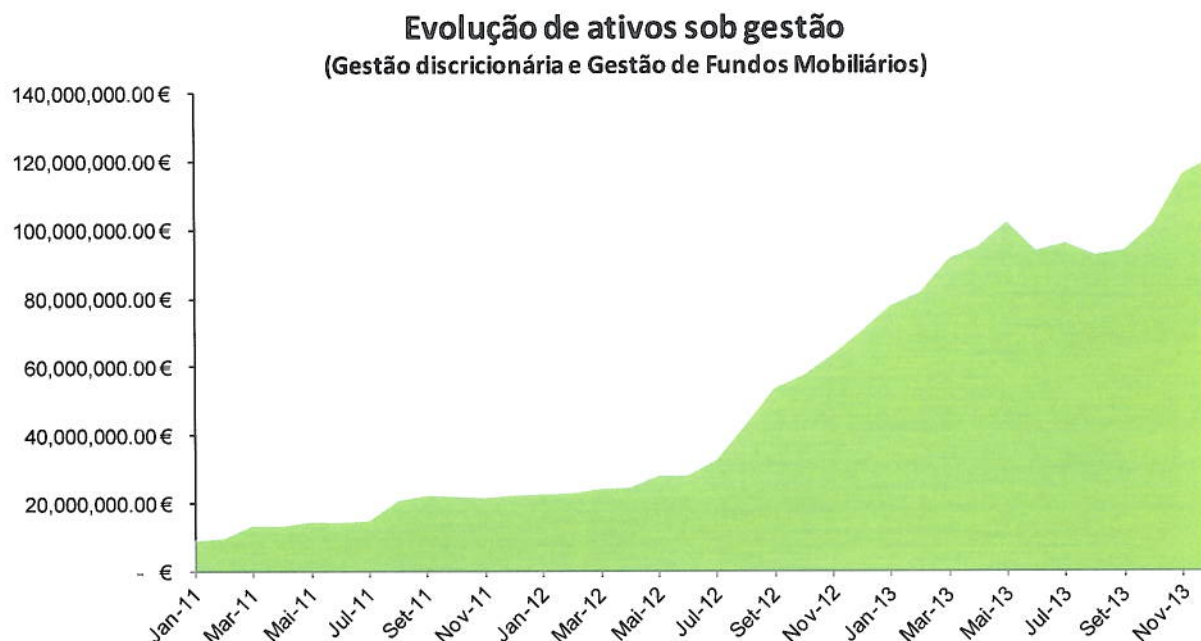
- a) significativo incremento dos volumes sob gestão;
- b) aumento da oferta de fundos de investimento, procurando ir de encontro às necessidades dos clientes;
- c) estruturação da sociedade para poder desenvolver a atividade de gestão de fundos de capital de risco.

Volumes sob Gestão

A sociedade iniciou 2013 com um volume global de ativos sob gestão de 70.717.047 €, o qual foi progressivamente aumentando ao longo do ano, com exceção dos meses de Junho e Agosto onde sofreu uma contração, tendo terminado o ano com um volume total de ativos sob gestão de 121.009.175 €.

Estes montantes de ativos sob gestão incluem não só a atividade de gestão de fundos de investimento e gestão discricionária de carteiras de investimento em Portugal como também a atividade de *investment manager* do fundo Incometric Fund – Dunas Patrimonio sedado no Luxemburgo e cuja sociedade gestora é a Adepa Asset Management S.A

Como se pode observar no gráfico seguinte a Dunas Capital, em 3 anos, incrementou seus ativos sob gestão, em fundos de investimento mobiliário e gestão discricionária de carteira, em mais de 1474%:



Em termos de desagregação dos volumes de ativos por atividade, estes repartem-se da seguinte forma:

	2013	2012	Var. %
Em Portugal:			
Organismos de Investimento Colectivo	91,390,658 €	53,270,343 €	72%
Administração de valores	21,512,046 €	11,052,315 €	95%
No Luxemburgo			
Investment Manager (Incometric Fund - Dunas Patrimonio)	8,106,559 €	6,394,388 €	27%
	121,009,262 €	70,717,047 €	71%

A parceria estabelecida com o Banco BIC Português S.A. bem como os acordos de distribuição estabelecidos com o Banco Best, permitiram-nos alargar o potencial de comercialização dos fundos geridos e contribuíram decisivamente para o incremento de volumes sob gestão que se verificou no exercício (+72%).

No âmbito da atividade de gestão de organismos de investimento coletivo gostaríamos de realçar, naturalmente, o notável trabalho desenvolvido pela nossa equipa de gestão de investimento, que conseguiu uma vez mais que o Fundo Banco BIC Tesouraria fosse o melhor fundo da sua categoria em Portugal, tendo obtido uma rentabilidade líquida de 3.33%.

Já em 2014 (após o seu terceiro aniversário de atividade) foi atribuído pela Morningstar™ o *rating* 5 estrelas ao Fundo Banco BIC Tesouraria, o que vem de forma independente e inequívoca qualificar a qualidade da gestão desenvolvida pela Dunas Capital.

De referir que a notação de rating atribuída pela MorningstarTM avalia cada fundo dentro da sua classe, tendo em consideração a consistência dos retornos obtidos num horizonte temporal mínimo de 3 anos, o nível de volatilidade obtido e o seu comissionamento. A notação de rating poderá variar entre 1 estrela (mínimo) e 5 estrelas (máximo).

Conforme dados da MorningstarTM, em Fevereiro de 2014 existiam em Portugal 227 fundos de investimento mobiliário dos quais apenas 8 obtinham a notação máxima, destacando-se mais uma vez neste grupo o Fundo Banco BIC Tesouraria, que representava 42% do volume total desses mesmos Fundos.

No âmbito da atividade de gestão de património (administração de valores) os valores sob gestão incrementaram-se substancialmente por: valorização das carteiras sob gestão, captação de novos clientes e reforço dos montantes sob gestão dos clientes já existentes (+95%).

De referir que no âmbito da estratégia definida pela Dunas Capital, o foco desta atividade está essencialmente vocacionada para clientes institucionais.

Alargamento da Oferta

Tendo sido aprovado, ainda em 2012, pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários “CMVM”, a constituição de um novo fundo de investimento denominado Banco BIC Investimento – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Misto de Obrigações, este veio a iniciar a sua atividade no dia 4 de Janeiro de 2013.

Com o seu lançamento procurou-se responder em antecipação à perspetiva de redução de taxas de juro e permitir aos clientes investir num produto com um risco um pouco mais elevado mas com baixos níveis de volatilidade, adequados a clientes com perfil de risco moderado.

O Fundo tem como objetivo principal proporcionar aos seus participantes o acesso a uma carteira diversificada de ativos. O Fundo apenas investirá em obrigações e ativos de curto prazo que se encontrem denominados em euros e poderá investir um máximo de 20% do seu valor líquido global em ações.

Após um ano de atividade concluímos claramente que foi uma decisão acertada, tendo a receptividade do produto excedido todas as expectativas, terminando o ano com um volume de ativos sob gestão no montante de 7.313.842 €.

De salientar que, já em 2014, o crescimento foi ainda mais relevante, atingindo o Fundo no final do mês de Março um volume total de 20.920.378 €.

Também de salientar que para o sucesso do Fundo contribuiu decisivamente, mais uma vez, a qualidade de gestão da equipa de investimento que conseguiu obter uma rentabilidade líquida efetiva de 6.78%, colocando este fundo como o primeiro da sua categoria em Portugal logo no seu ano de arranque.



Capital de Risco

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários autorizou, em 17 de Dezembro de 2013, o registo da Dunas Capital para o exercício da atividade de gestão de fundos de capital de risco.

O processo de constituição de um fundo de capital de risco está bastante avançado, estimando-se que a sua atividade possa ser iniciada até ao final do primeiro semestre de 2014.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS EM 2013

Durante o exercício de 2013 entrou em vigor um alargado conjunto de regulamentação e legislação no âmbito da atividade dos organismos de investimento coletivo (OIC), que seguidamente se descreve sucintamente:

Regulamento CMVM nº 1/2013

Veio alterar os regulamentos da CMVM nº 15/2003 e nº 16/2003.

Passaram a estar previstos no ordenamento jurídico nacional os fundos de mercado monetário e os fundos do mercado monetário de curto prazo, conforme definidos nas "CESR's Guidelines on a common definition of European money market funds".

Introduziu alterações às regras de contabilização do imposto aplicável às mais-valias, passando a prever-se a obrigatoriedade de deduzir, ao valor da unidade de participação, o imposto relativo a mais-valias potenciais. As regras de reconhecimento de imposto sobre as valias potenciais foram apenas aplicáveis às geradas a partir de 1 de Abril de 2013.

Decreto-Lei nº 63-A/2013

Aprovou o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo (NRJOIC) e transpôs para o normativo interno um conjunto de Diretivas Comunitárias.

O novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo vem introduzir, entre outras, alterações ao nível da composição de carteiras dos OIC, ao nível dos seus documentos constitutivos e possibilidade de fusões transfronteiriças de OICVM.

Regulamento CMVM nº 5/2013

Veio alterar o regulamento da CMVM nº 15/2003 por forma a incorporar as alterações definidas no âmbito do novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, desenvolvendo algumas das matérias nele contida.

Regulamento CMVM nº 6/2013

Veio ajustar o Plano de Contabilidade dos Organismos de Investimento Coletivo às alterações introduzidas pelo novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo e pelo Regulamento CMVM nº 5/2013.

A sua aplicação é obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2014.

Lei nº 83-C/2013

Esta Lei aprovou o Orçamento de Estado de 2014, no âmbito do qual foi concedida uma autorização ao Governo para alterar o regime fiscal aplicável aos Organismos de Investimento Coletivo, com o objetivo de reforçar a competitividade internacional dos OIC nacionais, implementando um regime fiscal equivalente ao praticado na restante União Europeia.

PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO

No exercício de 2013 as comissões brutas ascenderam a € 982.354, as quais descontadas de comissões pagas às entidades comercializadoras dos fundos e outras despesas se saldou num total de comissões líquidas de € 677.555, o que representou um crescimento de 120% face ao exercício anterior.

CUSTOS DE EXPLORAÇÃO

A atividade gerou em 2013 custos de exploração num total de € 715.079, o que representou um acréscimo marginal de 2% face a 2012.

De salientar que em termos de grandes rubricas se verificou uma redução dos custos com o pessoal e uma subida dos gastos gerais administrativos.

A redução dos custos com pessoal deve-se essencialmente à saída do Dr. Leonardo Bandeira de Melo Mathias, no seguimento do seu pedido de renúncia ao mandato de Presidente do Conselho de Administração, que ocorreu em 24 de Julho de 2013.

Relativamente aos gastos gerais administrativos o crescimento verificado resulta essencialmente de custos incorridos no âmbito do processo de constituição de um Fundo de Capital de Risco, nomeadamente custos com avaliação de ativos realizados por entidades independentes.

	2013	2012	Var. %
Custos com o pessoal	439,256 €	452,677 €	-3%
Gastos gerais administrativos	258,314 €	230,257 €	12%
Amortizações	17,509 €	16,222 €	8%
	<u>715,079 €</u>	<u>699,157 €</u>	2%

Em conformidade, com o disposto na Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, complementado com os requisitos estipulados no Aviso nº 10/2011, de 29 de Dezembro, informamos as remunerações pagas no ano de 2013, aos membros dos órgãos de administração, fiscalização e colaboradores que exerçam as funções previstas no Aviso 5/2008.

Os elementos do Conselho de Administração, em número de três, auferem apenas remuneração mensal fixa a qual é paga catorze vezes no ano.

No exercício de 2013 o valor das remunerações dos elementos do Conselho de Administração ascendeu a um total de € 164.352.

EXPETATIVAS PARA 2014

A Dunas Capital continuará a desenvolver as suas três áreas de negócio (fundos de investimento, gestão de carteiras por conta de outrem e *advisory*), procurando, através da qualidade de gestão demonstrada e das rentabilidades que os seus produtos têm proporcionado aos clientes, continuar a aumentar consistentemente os volumes de ativos sob gestão e incrementar a oferta de produtos que melhor se adaptem às necessidades do mercado.

Procuraremos continuar a consolidar a relação com os nossos parceiros, acompanhando e formando a sua rede comercial, identificando necessidades de novos produtos que possam servir à sua rede de clientes, de modo a compor um portfolio de oferta de produtos de investimento mais completa e diversificada, e assegurando a manutenção de uma elevada qualidade de gestão dos produtos que satisfaça os seus clientes.

Teremos um foco particular na melhoria e atualização da formação dos nossos gestores que nos permita continuar a manter a qualidade e os resultados obtidos até ao momento.

Por último, estimamos poder iniciar a atividade de capital de risco, até final do 1º semestre de 2014, o que permitirá adicionar novas competências à sociedade e contribuir decisivamente para a diversificação de receitas e consolidação da situação patrimonial.

FATOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

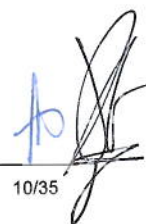
Não existiram fatos relevantes após o termo do exercício.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Tendo em consideração o Resultado Líquido do Exercício negativo apurado no exercício de 2013 de € 114.576, o Conselho de Administração propõe a sua transferência para resultados transitados.

DÍVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL

Não existem quaisquer dívidas à Segurança Social.



AGRADECIMENTOS

No encerramento do exercício de 2013, o Conselho de Administração expressa o sincero agradecimento a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização dos objetivos de atividade definidos, e neste âmbito é devida uma palavra especial de agradecimento ao Banco BIC Português S.A., com quem se estabeleceu uma relação de parceria, no âmbito da atividade de gestão de fundos mobiliários, que muito nos honra.


A todos os nossos clientes, agradecemos a confiança que depositam na nossa gestão, reiterando que procuramos diariamente corresponder à referida confiança com uma gestão profissional, independente e de valor acrescentado.

Ao administrador cessante, Dr. Leonardo Bandeira de Melo Mathias, que exerceu a função de presidente do Conselho de Administração até 24 de Julho de 2013, o Conselho de Administração manifesta profundo respeito e elevada estima e consideração pela forma como exerceu as suas funções sempre no interesse da Dunas Capital.


Ao Banco de Portugal e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliário agradecemos o apoio e colaboração permanente.

Deixamos por último um enorme reconhecimento a todos os colaboradores pelo seu imenso esforço, dedicação e competência profissional.

Lisboa, 30 de Abril de 2014


Joaquim Maria Magalhães Luiz Gomes
Presidente do Conselho de Administração


Nuno Miguel de Lemos Montes Pinto
Administrador


Pedro Miguel Fernandes e Fernandes
Administrador

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

*Em 31 de Dezembro de 2013
(montantes expressos em euros)*



Balanco em 31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Montantes Expressos em Euros)

Activo				Passivo e Capital			
Designação	Notas	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor liquido	Designação	Notas	2013
				2012			2012
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2	608.55	0.00	608.55	Recursos de bancos centrais		0.00
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2	85.586.82	0.00	85.586.82	Passivos financeiros devidos para negociação		0.00
Activos financeiros devidos para negociação		0.00	0.00	0.00	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		0.00
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		0.00	0.00	0.00	Recursos de outras instituições de crédito		0.00
Activos financeiros disponíveis para venda	3	6.619.55	0.00	6.619.55	Recursos de clientes e outros empréstimos		0.00
Aplicações em instituições de crédito		0.00	0.00	0.00	Responsabilidades representadas por títulos		0.00
Crédito a clientes		0.00	0.00	0.00	Passivos financeiros associados a activos transferidos		0.00
Investimentos de curto prazo		0.00	0.00	0.00	Derivados de cobertura		0.00
Activos com acordo de recompra		0.00	0.00	0.00	Passivos não correntes devidos para venda		0.00
Derivados de cobertura		0.00	0.00	0.00	Provisões		0.00
Activos não correntes devidos para venda		0.00	0.00	0.00	Passivos por impostos correntes	8	16.146.84
Propriedades de investimentos		0.00	0.00	0.00	Passivos por impostos diferidos	6	37.54
Outros activos tangíveis	4	41.334.42	14.232.85	27.101.57	Instrumentos representativos de capital		0.00
Activos intangíveis	5	146.264.07	135.913.90	10.350.17	Outros passivos subordinados		0.00
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		0.00	0.00	0.00	Outros passivos	9	332.675.02
Activos por impostos correntes	6	5.500.58	0.00	5.500.58	Total de Passivo		346.859.40
Activos por impostos diferidos	6	4.142.06	0.00	4.142.06	Capital		1206.000.00
Outros activos	7	396.12.82	18.008.95	378.13.87	Capital	10	9.250.00
Total do Activo		765.858.57	263.85.70	517.702.87	Prémios de emissão		0.00
					Outros instrumentos de capital		0.00
					Ações próprias		0.00
					Reservas de reavaliação		16.69
					Outras reservas e resultados transitados		(93.1945.91)
					Resultado do exercício		(14.576.31)
					Dividendos antecipados		0.00
					Total de Capital		168.843.47
					Total de Passivo + Capital		517.702.87

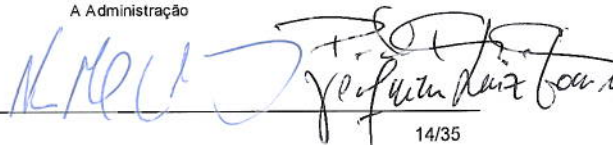
A Administração

Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Montantes Expressos em Euros)

Designação	Notas	2013	2012
Juros e rendimentos similares	11	420.00	214.91
Juros e encargos similares	11	1656.78	1687.39
Margem Financeira		(1236.78)	(1472.48)
Rendimentos de instrumentos de capital		0.00	0.00
Rendimentos de serviços e comissões	12	982,354.12	498,964.24
Encargos com serviços e comissões	12	304,798.91	190,420.44
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		0.00	0.00
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	13	0.00	40.05
Resultados de reavaliação cambial	13	(1,779.79)	(1,481.56)
Resultados de alienação de outros activos		0.00	0.00
Outros resultados de exploração	14	(57,256.23)	(46,374.01)
Produto Bancário		617,282.41	259,255.80
Custos com pessoal	15	439,255.76	452,676.97
Gastos gerais administrativos	16	258,314.26	230,257.27
Amortizações do exercício	4 e 5	17,508.81	16,222.30
Provisões líquidas de reposições e anulações		0.00	9,757.98
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		0.00	0.00
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		0.00	0.00
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		0.00	(6,150.00)
Resultado antes de impostos		(97,796.42)	(443,508.72)
Impostos			
Correntes	17	16,149.58	16,765.16
Diferidos		630.31	(956.11)
Resultado após impostos		(14,576.31)	(459,317.77)
Do qual: resultado líquido após impostos de operações descontinuadas			


o Técnico Oficial de Contas

A Administração



Demonstração do Rendimento Integral em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

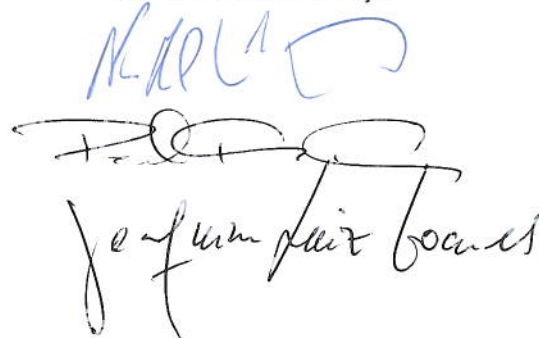
(Montantes Expressos em Euros)

Rúbricas	2013	2012
Resultado do período	(114,576)	(459,318)
Ganhos /Perdas brutas em títulos disponíveis para venda	349	2,310
Impostos diferidos	(90)	(612)
Ganhos e Perdas líquidas em títulos disponíveis para venda	260	1,698
Total do rendimento integral do período líquido de impostos	(114,317)	(457,620)
Atribuído a:		
Accionistas da Dunas Capital SGFIM	(114,317)	(457,620)



O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



Demonstração da Variação nos Capitais Próprios em 31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Montantes Expressos em Euros)

	Capital	Prémios de Emissão	Reservas Reavaliação	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
Saldo em 31.12.2012	1,206,000	9,250	(144)	298,729	(771,358)	(459,318)	283,159.72
Aumento do capital social						0	0.00
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior					(459,318)	459,318	0.00
Rendimento Integral do exercício			260			(114,576)	(114,317)
Saldo em 31.12.2013	1,206,000	9,250	116	298,729	(1,230,675)	(114,576)	168,843

	Capital	Prémios de Emissão	Reservas Reavaliação	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
Saldo em 31.12.2011	606,000	9,250	(1,842)	298,729	(264,031)	(511,143)	136,964
Aumento do capital social	600,000					0	600,000.00
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior					(511,143)	511,143	0.00
Rendimento Integral do exercício			1,698			(459,318)	(457,620)
Correcções de Exercícios anteriores					3,816		
Saldo em 31.12.2012	1,206,000	9,250	(144.11)	298,729	(771,358)	(459,318)	283,160

[Assinatura]
O Técnico Oficial de Contas

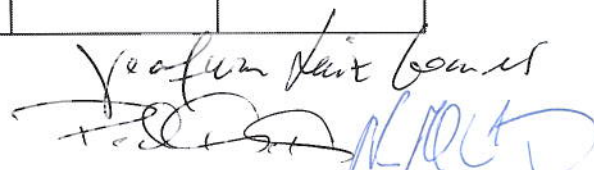
[Assinatura]
O Conselho de Administração

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Montantes Expressos em Euros)

	2013	2012
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Juros e comissões recebidos	897,197	460,541
Juros e comissões pagos	(281,504)	(152,951)
Impostos s/ rendimento	(11,529)	(15,226)
Pagamentos ao pessoal	(443,520)	(430,617)
Outros pagamentos operacionais	(352,950)	(279,788)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos	(192,306)	(418,041)
Diminuições (Aumentos) dos activos operacionais		
Activos financeiros disponíveis para venda	1,050	(1,046)
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais	1,050	(1,046)
Fluxo das actividades operacionais (1)	(191,256)	(419,087)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Diminuições (Aumentos) de outros activos tangíveis	(9,983)	(11,811)
Diminuições (Aumentos) de activos intangíveis	0	0
Fluxo das actividades de investimento (2)	(9,983)	(11,811)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento do capital social	0	600,000
Fluxo das actividades de financiamento (3)	0	600,000
Aumento de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	(201,239)	169,102
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	287,435	118,332
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	86,195	287,435


O Técnico Oficial de Contas


O Conselho Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2013
(Montantes Expressos em Euros)

INTRODUÇÃO

As Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos Investimento Mobiliário, S.A. tem por objecto social as actividades legalmente consentidas às Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento Mobiliário e de Patrimónios, incluindo a administração de conjuntos de bens pertencentes a terceiros e a prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Base de Apresentação de Contas

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, através do disposto no Aviso do Banco de Portugal nº1/2005 designadas por Normas de Contabilidade Ajustadas. ("NCA").

1.2. Alterações de políticas contabilísticas

1.2.1. Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

1.3. Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2013.

- a) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela EU com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adoptadas pela Empresa.

IFRS 13 Mensuração do justo valor (Emissão)

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

O justo valor é definido como o "preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção entre duas partes a actuar no mercado na data de mensuração".

A norma deve ser aplicada prospectivamente.

IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (Emenda)

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não susceptíveis de serem reclassificados para lucros ou perdas (por exemplo, reservas de reavaliação previstas na IAS 16 e IAS 38).

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser susceptíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

A emenda deve ser aplicada retrospectivamente.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu oito melhorias em sete normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 2 Pagamentos com base em Acções

Actualiza definições, clarifica o que se entende por condições de aquisição e clarifica ainda situações relacionadas com preocupações que haviam sido levantadas sobre condições de serviço, condições de mercado e condições de performance..

IFRS 3 Combinações de Negócios

Introduz alterações no reconhecimento das alterações de justo valor dos pagamentos contingentes que não sejam instrumentos de capital. Tais alterações passam a ser reconhecidas exclusivamente em resultados do exercício.

IFRS 8 Segmentos Operacionais

Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação do segmentos.

A divulgação dareconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis com o total de activos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.



IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensuradas ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e IAS 39 nada teve a ver com alterações de mensuração mas sim com o facto de a situação em concreto ser imaterial e, por esse facto, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

IAS 16 Activos fixos tangíveis

No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do activo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efectuada no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

Clarifica a definição de pessoal chave da gestão e altera os requisitos de divulgação associados.

IAS 38 Activos intangíveis

No caso de revalorizações a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do activo. Estas alterações só se aplicam a revalorizações efectuada no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

As melhorias 2010-2012 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospectiva.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu 4 melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 1 Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato financeiro

Clarifica o que se entende por normas em vigor.



IFRS 3 Combinações de Negócios

Actualiza a excepção de aplicação da norma a “Acordos Conjuntos” clarificando que a única exclusão se refere à contabilização da criação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Actualiza o parágrafo 52 no sentido de a excepção ao portfolio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9 independentemente de satisfazerem as definições de activos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

IAS 40 Propriedades de Investimento

Clarifica a interrelação existente entre a IFRS 3 e a IAS 40 ao determinar se uma propriedade deve ser classificada como propriedades de investimento ou como propriedade ocupada pelo dono.

As melhorias 2011-2013 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospectiva.

IFRIC 21 – Taxas do governo (Emissão)

Esta interpretação aplica-se a pagamentos impostos por entidades governamentais, que não estejam cobertos por outras normas (ex: IAS 12), incluindo multas e outras penalidades por incumprimento de legislação. A interpretação clarifica que: (i) deve ser reconhecido um passivo quando ocorre a actividade que despoleta o pagamento tal como identificado na legislação relevante (ii) deve ser efectuado um acréscimo progressivo da responsabilidade ao longo do tempo se a actividade que despoleta o pagamento também ocorre ao longo do tempo de acordo com a legislação relevante e (iii) se o pagamento só é despoletado quando é atingido um limite mínimo, não deve ser reconhecido qualquer passivo até que tal mínimo seja atingido. Esta interpretação não estabelece qual deve ser a contrapartida do passivo devendo ser tidas em conta as disposições das restantes normas para determinar se deve ser reconhecido um activo ou um gasto.

As alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as Demonstrações financeiras da empresa/grupo/ são esperados os seguintes impactos relevantes para as demonstrações financeiras da empresa

1.4 Informação comparativa

A Sociedade não procedeu a alterações de práticas e políticas contabilísticas, pelo que todos os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.



1.5 Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Os activos financeiros classificados como disponíveis para venda, após o reconhecimento inicial, são subsequentemente mensurados ao justo valor. Os activos Financeiros disponíveis para venda são analisados quando existem indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo do preço de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera "significativo ou prolongado" requer julgamentos. Neste contexto a sociedade considera um declínio significativo, uma variação de 20% na valorização dos títulos ocorrido durante o prazo máximo de um ano.

1.6 Outros Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis são valorizados ao custo da aquisição. As amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, a taxas calculadas para que o valor dos bens seja reintegrado durante a sua vida útil estimada. O custo de aquisição é amortizado durante os seguintes períodos de vida útil:

Equipamento básico	3 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	8 anos

1.7 Activos Intangíveis

Os activos intangíveis são valorizados ao custo da aquisição, deduzido das amortizações. As amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente é de 3 anos.

1.8 Outros Activos

Os outros Activos são reconhecidos ao Justo valor. A imparidade é estabelecida quando há evidência de que a entidade não receberá a totalidade ou parte do montante em dívida. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade na demonstração dos resultados.

1.9 Outros Passivos

Os outros passivos são registados pelo seu valor nominal.

1.10 Caixa e Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

A Caixa e disponibilidades em Outras Instituições de Crédito incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo de elevada liquidez e com maturidades iniciais até três meses.



1.11 Rendimentos de Comissões

Os rendimentos de comissões auferidos pela sociedade são determinados tendo em consideração o estabelecido nos regulamentos de gestão, nos contratos de gestão discricionária e nos contratos de consultoria de investimento, consoante se trate de comissões de gestão de fundos de investimento, Administração de Valores ou serviços de consultoria ao investimento respectivamente. Estes proveitos são reconhecidos no exercício a que respeitam independentemente do seu recebimento.

1.12 Impostos sobre o Rendimento (correntes e diferidos)

O custo com impostos sobre o rendimento corresponde ao imposto corrente. O imposto corrente é apurado com base na taxa legal em vigor.

A sociedade encontra-se sujeita ao Imposto s/ Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 23%. Ao valor da colecta de IRC, assim apurado, acresce ainda derrama e tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipem estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitem o seu aproveitamento. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados.

A Sociedade regista impostos diferidos activos, relacionados com a valorização dos activos financeiros disponíveis para venda ao justo valor.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). É expectativa da Sociedade que eventuais correcções resultantes de processos de revisão das declarações fiscais e eventuais inspecções futuras por parte das Autoridades fiscais, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

1.13 Reconhecimento de Outros Custos e Proveitos

Os outros custos e proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio da especialização do exercício.



1.14 Valores Administrados pela Instituição

Os títulos registados na conta “95 - Responsabilidades por prestação de serviços” são valorizados de acordo com as seguintes regras:

- i. Os valores mobiliários admitidos à cotação são valorizados diariamente, com base na última cotação disponível no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira. Caso não exista cotação nesse dia, utiliza-se a última cotação disponível;
- ii. As unidades de participação dos fundos de investimento que compõem a carteira são valorizadas de acordo com a periodicidade de valorização do fundo (diária, semanal ou mensal), com base no valor conhecido e divulgado pela respectiva Entidade gestora no dia de valorização dos Fundos, e disponível no momento de referência;

2. Caixa e Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa	609	1,523
Depósitos à Ordem	85,587	285,911
	<u>86,195</u>	<u>287,435</u>

3. Activos Financeiros Disponíveis para Venda

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Títulos - Investimento – De dívida pública portuguesa	6,620	6,270

Esta rubrica tem a seguinte composição, em 31 de Dezembro de 2013:

Título	Quantidade	Valor Nominal	Valor Médio Aquisição	Valor de Cotação	Valor de Balanço
OT 4,80% JUN 2020 (ISIN: PTOTECOE0029)	700,000	0.01	0.92357	0.94565	6,620

Estes títulos encontram-se a garantir o Sistema de Indemnização aos Investidores, de acordo com o Decreto-Lei n.º 222/99 de 22 de Junho e Regulamento n.º 2 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários de 20 de Janeiro de 2000.



4. Outros Activos Tangíveis

CONTAS	Saldo em 31.12.2012		Movimento no Período					Valor líquido em 31.12.2013	
			Aumentos		Transferências	Amortizações do Exercício	Regularizações		Abates (líquido)
			Valor Bruto	Amortizações Acumuladas					
Outros Activos Tangíveis									
Equipamento									292
Mobiliário e material	19,894	18,435					1,167		1,180
Máquinas e ferramentas	19,228	17,768					280		0
Equipamento informático	43,651	43,228					423		2,631
Instalações interiores	15,314	11,216					1,466		
Equipamento de segurança	790	790							
Activos em locação financeira									
Equipamento	42,458	8,845					10,614		22,998
Total	141,334	100,283					13,950		27,101

5. Activos Intangíveis

CONTAS	Movimento no Período								Valor líquido em 31.12.2013	
	Saldo em 31.12.2012		Aumentos			Transferências	Amortizações do Exercício	Regularizações		Abates (líquido)
			Aquisições	Reavaliações (líquido)						
				Bruto	Amortizações Acumuladas					
Ativos Intangíveis										
Sist. de tratamento automático de dados (Software)	131,264	129,105					2,059			100
Ativos intangíveis em curso	15,000	3,250					1,500			10,250
Outros ativos intangíveis	146,264	132,355					3,559			10,350
Total										

6. Activos por Impostos Correntes e por Impostos Diferidos

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Activos por impostos correntes		
Pagamento especial por conta	5,107	3,308
Retenção na fonte	84	8
	<u>5,191</u>	<u>3,316</u>

Activos por impostos diferidos

Descrição	31-12-2012	Movimento do Exercício				31-12-2013
	Imposto Diferido	Reforços		Anulações		Imposto Diferido
		Capitais Próprios	Resultados	Capitais Próprios	Resultados	
Instrumentos Financeiros	52	-	-	90	-	(38)
Provisões sobre devedores	4,772	-	-	-	630	4,142
Total	4,824	-	-	90	630	4,105

7. Outros Activos

	2013				2012	
	Valor antes de Provisões	Provisões		Valor Líquido	Valor Líquido	
		Saldo Inicial	Anulações	Saldo Final		
Devedores e outras aplicações	135,678	9,758	-	9,758	125,920	47,732
Rendimentos a receber	257,062	8,251	-	8,251	248,811	163,654
Despesas com encargos diferidos	3,373	-	-	-	3,373	6,516
	<u>396,113</u>	<u>18,009</u>	<u>-</u>	<u>18,009</u>	<u>378,104</u>	<u>217,902</u>

8. Passivos por Impostos Correntes

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Passivos por impostos correntes		
Estimativa de impostos	16,147	16,765



9. Outros Passivos

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Credores e outros recursos	164,461	131,061
Encargos a pagar	168,214	143,722
	<u>332,675</u>	<u>274,782</u>

10. Capital

Em 31 de Dezembro de 2013 o capital social é constituído por 1.206.000 acções, de valor nominal de 1,00 Euro por acção, encontrando-se totalmente realizado.

11. Juros e Rendimentos Similares

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Juros e disponibilidades em OIC	-	21
Juros e rendimentos similares de outros activos financeiros	420	194
	<u>420</u>	<u>215</u>
Juros e encargos similares	1,657	1,687
	<u>(1,237)</u>	<u>(1,472)</u>

12. Rendimentos e Encargos com Serviços e Comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Rendimentos de comissões</u>		
Por administração de valores	73,816	30,264
Por gestão de organismos investimento colectivo	543,268	272,353
Por serviços de consultoria	248,334	148,893
Por gestão de fundos de investimento imobiliário	-	3,757
Outras comissões recebidas	116,937	43,697
	<u>982,354</u>	<u>498,964</u>
<u>Encargos com comissões</u>		
Por gestão de organismos investimento colectivo	299,259	188,195
Outros serviços bancários prestados	5,540	2,226
	<u>304,799</u>	<u>190,420</u>

Os rendimentos de comissões por administração de valores, corresponde à remuneração da sociedade, pela sua actividade de gestão individualizada de carteiras. Esta comissão é calculada diariamente sobre o valor de cada carteira, por aplicação de uma taxa definida nas respectivas condições particulares de cada contrato de gestão e registado na rubrica de "Rendimentos de Serviços e Comissões" da Demonstração dos Resultados.

Os rendimentos de comissões de gestão, corresponde à remuneração da sociedade pela gestão do património dos fundos. Esta comissão é calculada diariamente, por aplicação de uma taxa definida nos respectivos regulamentos de gestão, sobre o património líquido dos fundos, sendo registado na rubrica "Rendimentos de Serviços e Comissões" da Demonstração dos Resultados.

Os rendimentos de comissões por serviços de consultoria, correspondem à remuneração da sociedade pelos serviços de consultoria para investimento que foram prestados a clientes institucionais nacionais e estrangeiros.

Os rendimentos de outras comissões recebidas, corresponde a comissões recebidas pela execução de operações no mercado de capitais.

Os encargos com comissões por serviços prestados por terceiros em organismos de investimento colectivo, corresponde à comissão paga no âmbito dos contratos de parceria celebrados com terceiras entidades, para a gestão do património dos fundos.



13. Resultados em Operações Financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Resultados de activos disponíveis para venda</u>		
Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda	-	62
Perdas em activos financeiros disponíveis para venda	-	22
	<u>-</u>	<u>40</u>
<u>Resultados de reavaliação cambial</u>		
Ganhos em diferenças cambiais	4,611	2,793
Perdas em diferenças cambiais	6,391	4,274
	<u>(1,780)</u>	<u>(1,482)</u>

14. Outros Resultados de Exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<u>Outros Encargos</u>		
Rendas de locação operacional	11,665	16,188
Sistema de Indemnização aos Investidores	2,500	2,500
Quotizações	6,709	6,454
Outros encargos e gastos operacionais	16,707	359
Outros impostos	19,676	20,873
	<u>57,256</u>	<u>46,374</u>

15. Gastos com Pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Remuneração dos órgãos de gestão e de fiscalização	168,442	193,654
Remuneração dos empregados	180,836	175,044
Encargos sociais		
Segurança social	81,955	77,194
Outros encargos sociais	4,779	2,861
Outros custos com pessoal	3,244	3,925
	<u>439,256</u>	<u>452,677</u>

16. Gastos Gerais Administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Água, energia e combustíveis	9,644	8,653
Material de consumo corrente	13,509	12,765
Outros fornecimentos e serviços	8,072	6,416
Rendas e alugueres	42,161	12,460
Comunicações	12,961	11,874
Deslocações, estadas e representação	35,972	35,988
Publicidade	1,874	85
Conservação e reparação	768	305
Formação	210	-
Seguros	1,106	834
Serviços Especializados	101,620	111,966
Outros	30,417	28,910
	<u>258,314</u>	<u>230,257</u>

17. Imposto sobre o Rendimento

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imposto corrente	16,150	16,765



18. Relato por Segmentos

No relato por segmentos, com referência a 31 de Dezembro de 2013, a segmentação por áreas de negócio é representada por: 25% em Consultoria, 55% em Fundos de Investimento, 8% em Administração de Valores e 12% em Comissões e Retrocessões. Na segmentação por áreas geográficas os proveitos realizados nos diferentes mercados representam: 71% em Portugal e 29% no Mercado Europeu.

19. Rubricas Extrapatrimoniais

Montante dos compromissos assumidos

A rubrica extrapatrimonial “Compromissos perante terceiros” regista, em 31 de Dezembro 2013, a responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, apurado nos termos da regulamentação aplicável, relativamente aos fundos administrados pela Sociedade, no montante de 19.272 Euros.

Valores administrados pela Sociedade

Em 31 de Dezembro de 2013 a Sociedade administrava fundos em nome próprio e por conta de outrem de acordo com a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Administração de Valores	21,512,046	11,052,315
Fundos de Investimento Mobiliário	91,390,658	53,270,343
	<u>112,902,703</u>	<u>64,322,659</u>

20. Entidades Relacionadas

Os saldos e transacções com entidades relacionadas, em 31 de Dezembro de 2013, têm a seguinte composição:

Entidade	Descrição	Saldo em 31.12.2013	Transacções em 2013
Fundo Mobiliário - Banco BIC Tesouraria	Comissão de Gestão	125,986	433,730
Fundo Mobiliário - Banco BIC Brasil	Comissão de Gestão	6,539	55,407
Fundo Mobiliário - Banco BIC Investimento	Comissão de Gestão	17,426	54,131
Administradores	Adiantamentos	118,057	-
Zedh Capital S.A.	Adiantamentos	1,080	-
Dunas Capital S.A.	Adiantamentos	1,080	-

21. Orgão de Fiscalização

Os nossos auditores são Ernst & Young Audit & Associados.

22. Gestão dos Riscos de Actividade

Os riscos incorridos pela Sociedade Gestora são essencialmente de natureza operativa e de “compliance”. Os restantes riscos (liquidez, taxa de juro e de liquidação de operações cambiais), situam-se na esfera de actividade dos fundos/carteiras geridos pelas Dunas Capital- Gestão de Activos-SGFIM, S.A.

O Risco Operacional define-se como o risco de perdas resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, do pessoal ou dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Esta probabilidade de perda pode decorrer de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da actividade ser afectada devido à utilização de recursos em regime de outsourcing, da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infra-estruturas.

Consciente da importância de uma monitorização e controlo eficaz do risco operacional, a Sociedade tem no seu manual estabelecidos procedimentos, que dada a dimensão da sociedade, são suficientes para mitigar a probabilidade da ocorrência das situações atrás mencionadas.

As funções de compliance são asseguradas pelo Departamento de Compliance, o qual é responsável pelas funções de supervisão e controlo das actividades de intermediação financeira exercida pela Sociedade Gestora. A função de compliance tem como seu objectivo assegurar que as actividades prosseguidas pela Sociedade se desenvolvem em conformidade com as regras de boa deontologia e no respeito das leis e regulamentos que disciplinam a actividade financeira.



ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Estrutura Societária

Os órgãos sociais da Sociedade são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único e Fiscal Único Suplente.

a) Assembleia Geral

A Assembleia Geral é constituída pelos accionistas, ou seus representantes, com direito a, pelo menos, um voto e as suas deliberações obrigam todos, ainda que ausentes, dissidentes ou incapazes.

A Mesa da Assembleia é composta por um Presidente e um Secretário eleitos entre os accionistas ou outras pessoas.

A Assembleia Geral deve ser convocada sempre que a lei o determine, o Conselho de Administração ou o Fiscal Único entendam conveniente, ou quando requerido por um ou mais accionistas que detenham no mínimo ações correspondente a pelo menos 5% do capital social.

A Assembleia Geral delibera por maioria dos votos emitidos, excepto nas deliberações sobre alteração do pato social, fusão, cisão, transformação ou dissolução da sociedade, nomeação e destituição dos membros do Conselho de Administração, dissolução e liquidação da sociedade, aumento do capital social e reembolso antecipado de suprimentos, onde as deliberações têm de ser aprovadas por um mínimo de 70% dos votos emitidos.

Os aumentos de capital são aprovados pela Assembleia Geral, a qual definirá as respetivas condições de subscrição e formas de realização.

Os accionistas têm direito de preferência na subscrição de ações representativas de aumento de capital, salvo se tal direito for limitado ou suprimido por deliberação da Assembleia-Geral.

A Assembleia Geral reúne com uma periodicidade mínima anual, tendo como principais competências analisar e aprovar o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Contas, bem como deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados.

É também função da Assembleia Geral proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.

Presidente: Dr. André Luiz Gomes

Secretário: Dra. Elsa Sousa Rodrigues

b) Conselho de Administração

Órgão administrativo e representativo da Sociedade, formado por um número impar de membros, no mínimo de três e no máximo nove Administradores.

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral, em mandatos de três anos, sendo sempre permitida a sua reeleição e é composto por um Presidente e dois vogais

O Conselho de Administração reúne-se com uma periodicidade trimestral



O Conselho de Administração é o responsável pela gestão corrente das atividades, sendo da sua competência o estabelecimento das políticas de adequadas à gestão dos diversos riscos da atividade.

Presidente: Dr. Joaquim Maria Magalhães Luiz Gomes

Vogais: Dr. Nuno Miguel de Lemon Montes Pinto

Dr. Pedro Fernandes e Fernandes

c) Órgão de Fiscalização

A fiscalização da Sociedade compete a um Fiscal Único, havendo um suplente, ambos eleitos por um período de dois anos, pela Assembleia Geral, devendo ambos ser Revisor Oficial de contas ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas.

Fiscal Único Efetivo Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. (SROC nº 178)
representada por Dr. Ricardo Filipe de Frias Pinheiro (ROC nº 739)

Fiscal Único Suplente Dr. Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)

Práticas de Governo Societário

A Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A., foi constituída, sob a forma de Sociedade Anónima, em 6 de Agosto de 2003.

A sede social situa-se na Avenida da Liberdade, nº 229, 3º andar, 1250-142 Lisboa.

O objeto social consiste na administração, gestão e representação de fundos de investimento mobiliário.

A Dunas Capital – Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A. tem um capital social de 1.206.000 euros, representado por 1.206.000 ações de valor nominal de 1 euro. As ações são nominativas sendo a seguinte a estrutura accionista:

Dunas Capital – Gestão de Activos – SGFIM S.A. Estrutura Accionista

Nome do accionista	Capital	% Capital	Nº ações	Nº votos
Zedh Capital S.A.	1.206.000 euros	100%	1.206.000	1.206.000

Os membros dos órgãos sociais são designados por um período de três anos, sendo que à data deste relatório de gestão a estrutura societária resulta da nomeação dos órgãos sociais efetuada para o triénio 2013/2015.

O valor anual das remunerações do Conselho de Administração ascende 164.352 euros.

O Fiscal Único aufer a remuneração anual de 6.400 euros.

Não existem acordos significativos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos.

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração ou trabalhadores que prevejam indemnizações em caso de pedido de demissão do trabalhador, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma oferta pública de aquisição.

Toda a informação sobre a Sociedade e sobre os Fundos de Investimento Mobiliário, objeto da sua atividade, para além de estarem disponíveis na sede da Sociedade Gestora, são disponibilizados no site de internet www.dunascap.com bem como na CMVM (www.cmvm.pt) sem prejuízo do envio gratuito dos mesmos, sempre que solicitado.



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão as Demonstrações financeira e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração das Dunas Capital - Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da Sociedade tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Sociedade;
- Fiscalizámos a eficácia do sistema de gestão de riscos e dos sistema de controlo interno;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por accionistas, colaboradores da Sociedade e outros;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração da Variação nos Capitais Próprios, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e/ou do contrato de sociedade;

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização da Dunas Capital - Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2013 cumpre os requisitos do Código das Sociedades;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2013 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais.
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração da Variação nos Capitais Próprios, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas do exercício de 2013, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis

Lisboa, 13 de Maio de 2014

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:



Ricardo Filipe de Frias Pinheiro (ROC nº 739)

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas das Dunas Capital - Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 517.702,87 Euros e um total de capital próprio de 168.843,47 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 114.576,31 Euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração da Variação nos Capitais Próprios e a Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira das Dunas Capital - Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., em 31 de Dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações nos capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA'S) tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 13 de Maio de 2014

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ricardo Filipe de Frias Pinheiro (ROC nº 739)